

STF: servidores podem converter tempo especial em tempo comum

Após anos de luta por parte de entidades representativas dos servidores públicos, o Supremo Tribunal federal (STF) reconheceu o direito da categoria em converter o tempo de trabalho especial, realizado em ambiente insalubre ou perigoso, em tempo comum para fins de aposentadoria. Com a conversão é possível requerer a aposentadoria mais cedo.

Os servidores da ativa que desejarem obter a conversão devem imprimir e preencher o Termo de Requerimento de Averbação de Tempo Especial em Comum. Quem preferir, também pode se dirigir à sede ou Núcleos Regionais do Sindicato para pegar uma cópia do Termo de Requerimento. Em seguida, o trabalhador deve protocolar o documento no setor de Gestão de Pessoas de seu órgão. Caso o órgão se negue a fazer a conversão, o servidor deve comunicar o fato imediatamente ao Sindicato.

No Brasil, os servidores recebem adicional de insalubridade e periculosidade como forma de compensá-los pelos riscos do trabalho. Além de receberem mais do que as pessoas que não são expostas a condições especiais é possível se aposentar mais cedo.

A conversão

A aposentadoria especial foi instituída, em 1960, como uma modalidade para compensar o trabalhador que exercia sua atividade em ambiente nocivo. Até antes da reforma da Previdência, todo trabalhador que completava 25 anos de contribuição em trabalho insalubre ou perigoso de forma contínua tinha direito a aposentadoria especial. No entanto, com a reforma, também passou a contar a idade mínima. Com essa nova regra, fica muito mais difícil de o trabalhador cumprir todos os requisitos para se aposentar pela atividade especial.

Para além disso, nem todos os trabalhadores que passaram por atividades em locais insalubres ou perigosos, ficaram nessas atividades durante um período ininterrupto. Desta forma, a conversão de tempo é uma alternativa muito importante para quem possui tempo de contribuição misto, ou seja, parte especial, parte comum e pode facilitar a aposentadoria de muitas pessoas.

Em sua decisão, o STF reconheceu que o fato de não ter o segurado completado os 25 anos de tempo especial, não elimina o risco que o mesmo esteve submetido durante os períodos em que houve exposição ao agente nocivo. Através da conversão do tempo de serviço, os homens podem ter o seu tempo especial valendo 40% a mais quando convertido em tempo comum e as mulheres 20% a mais de tempo. Isso porque as mulheres já se aposentam com uma idade menor. Ou seja, a cada 10 anos trabalhado em tempo especial, os homens teriam 14 anos em tempo comum. E as mulheres teriam 12 anos de tempo comum para o mesmo período trabalhado em tempo especial.

Importante lembrar que os servidores já aposentados não têm mais direito a essa conversão.

Consulta ao Jurídico

Para fazer a conversão, o ideal é que o servidor faça um planejamento previdenciário com o cálculo de toda a sua trajetória de contribuição. Desta forma, saberá em quantos anos poderá antecipar a sua aposentadoria. E o Departamento Jurídico do Sindicato pode auxiliar os trabalhadores nesses cálculos.

Cada caso é diferente. É importante lembrarmos também que os servidores filiados a nossa entidade devem procurar o setor Jurídico para receber todas as informações sobre os diversos tipos de

aposentadoria e a orientação do caminho melhor a ser trilhado antes de tomar qualquer decisão sobre a sua aposentadoria.

Políticas públicas são necessárias para incluir jovens na economia

O papel das políticas públicas e os desafios da juventude no cenário social e econômico no pós-pandemia foram destaque no debate do "Segundas da Igualdade", realizado no dia 23/11. No encontro promovido pela Secretaria de Gênero, Raça, Juventude e Orientação Sexual, a titular da Condsef/Fenadsef no Comitê de Jovens da ISP (Internacional de Serviços Públicos), Sânia Barcelos Reis, destacou que dos cerca de 40% dos jovens que hoje compõem a população brasileira, 70% estão em situação de precariedade e excluídos do mercado de trabalho.

Muitos alegam não saber como vão conseguir oportunidade de inserção em universidades e no mercado de trabalho após a pandemia. Essa desesperança, aliada a precarização do mundo do trabalho, é motivo de preocupação. Por isso, a importância de lutar por políticas públicas para inclusão desses jovens na economia, o que também é essencial para tirar o País do cenário de recessão e crise em que está mergulhado.

Diante disso, um outro desafio surge. O papel dos jovens sindicalistas e os desafios dentro das entidades e movimentos sociais em que atuam. Ao mesmo tempo em que há a importância fundamental de dar voz aos jovens em situação de precariedade, há uma dificuldade em aproximar os jovens dessas lutas em torno de ações para que se tenha um país mais democrática e com mais oportunidades para todos.

Setor público envelhecido e a luta por concursos

Apesar de observar que a participação da juventude tem espaço para ser ampliada nessas lutas, é nesse cenário que no setor público surge uma questão central. A falta de concursos públicos para oxigenar o setor é um dos obstáculos apontados no caminho dessa renovação. O grande número de aposentados e pensionistas e servidores perto de se aposentar é indicativo claro desse processo. Mas há outros desafios que incluem a quebra de resistência de muitos jovens em atuar mais diretamente nesses espaços de debate, diálogo e luta por garantia de direitos.

Para os mais experientes está claro que é fundamental "passar o bastão aos jovens". "A renovação do movimento sindical é fundamental para a sobrevivência da luta de toda a classe trabalhadora", destaca Erilza Galvão, diretora de Gênero, Raça, Juventude e Orientação Sexual da Condsef/Fenadsef. Iniciativas como as "Segundas da Igualdade" visam abrir o campo para esse processo de inclusão e abertura do movimento sindical para maior participação dos mais jovens. A baixa adesão muitas vezes é encarada com preocupação, principalmente num cenário desafiador como o que está posto nesse momento. "Vivenciamos um processo de retrocessos com perdas irreparáveis. Quanto tempo vai demorar para recuperar o que a gente vem perdendo?", questiona Barcelos. É consenso que a superação desses desafios passa pela necessidade de ampliar a atuação dos jovens da classe trabalhadora no processo de reconstrução do Brasil.

Privatizações à vista: Governo atualiza decreto sobre liquidação de estatais federais

Um dia após o ministro da Economia afirmar que o programa de privatizações não havia funcionado como planejado, o governo federal publicou no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira, 24/11, decreto presidencial (Decreto nº 10.549, de 23 de novembro de 2020) que dispõe sobre os procedimentos e os critérios aplicáveis ao processo de liquidação de empresas estatais federais controladas diretamente pela União.

O texto altera a norma anterior sobre o assunto, editada em novembro de 2018. Dentre os vários pontos, o novo decreto atualiza as denominações dos ministérios e órgãos envolvidos na dissolução das empresas e lista as atribuições que cabem ao Ministério da Economia e ao respectivo ministério setorial da estatal nesse processo.

Caberia também ao Ministério da Economia e ao Ministério ao qual esteja vinculada a estatal propor ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - CPPI a inclusão de empresas estatais federais controladas diretamente pela União no Programa Nacional de Desestatização - PND, com vistas à sua dissolução.

O governo de Jair Bolsonaro tem como meta vender dezenas de estatais e subsidiárias até o fim do mandato. O principal objetivo do programa capitaneado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, é reduzir o tamanho do Estado. Portanto, precisamos ficar alertas! Não podemos permitir que o governo venda nossas empresas “a preço de banana” como fez com a Vale, a Telebrás, entre outras!

CALENDÁRIO VIRTUAL DE ATIVIDADES

- **24/11** - 8ª reunião de negociação do ACT - 2020/2021 dos trabalhadores da Ebserh;
- **09/12** - Webinar “OS DESAFIOS DO MOVIMENTO SINDICAL NO MUNDO PÓS PANDEMIA”.



A política Bolsonarista de fomentar o agronegócio e destruir os recursos naturais do Brasil, tendo à frente o ministro do meio ambiente Ricardo Sales vem tendo êxito. Os índices de desmatamento na Amazônia voltaram a crescer e a região perdeu um total de perdeu 836,23 km² até o dia 30 de Outubro de 2020, uma alta de 50,6% em relação aos alertas feitos em outubro do ano passado, de 555,26 km², de acordo com dados do sistema Deter, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) esse é o maior valor para o mês da série histórica, iniciada em 2015. Ainda segundo o INPE, o ano de 2020 tem batido Record nessa última década em relação às queimadas

Saiba tudo em: <https://bit.ly/BoiadaDesgovernada>

Créditos da imagem: https://www.instagram.com/quinho_cartum/?hl=pt-br

#ImpeachmentBolsonaroUrgente #EuDefendoOServicoPublico #EuDefendoOBrasil